



14/2/2014

**CONTRATO REFERENTE AO PROCESSO DE LICITAÇÃO: 004/14**

**MODALIDADE: PREGÃO**

**TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO**

**Processo Administrativo: 3710/2014**

**Contratante:** Município de Paracambi, com sede na Rua Juiz Emílio Carmo, nº 50, no Centro deste Município, inscrita no CGC/MF sob nº 29138294/0001-02, representada pelo Exmo. Sr. Prefeito Municipal, Sr. **Tarciso Gonçalves Pessoa**, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Rua Afonso Franco, nº 79, Centro, Paracambi/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 05186468-2 SSP/IFP/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº 615.202.257-68

**CONTRATADO:** **R.R. MORENO DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA ME**, inscrita no CNPJ nº 08.922.290/0001-32, com sede a Rua Capitão Francisco Cabral, 70, c/ 22, Centro, Mendes/RJ, neste ato representado por **Rogério Cruz Bonfim**, brasileiro, portador da Carteira de Identidade nº 5.545.244-2SSP/SC.

Nos termos da proposta da **R.R. MORENO DISTRIBUIDORA DE MERCADORIAS EM GERAL LTDA ME**, estabelecemos Contrato de aquisição de eletrodoméstico para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social, no atendimento dos Programas Sociais de Atendimento Básico, Especial e Benefícios Eventuais, do município de Paracambi, Estado do Rio de Janeiro, proposta vencedora do julgamento estabelecido pelo Pregoeiro Municipal no Pregão Presencial nº. 004/14, devidamente homologado pelo Prefeito Municipal em 11/12/2014, e mediante as cláusulas e condições a seguir:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

**1.1.** O objeto do presente Termo de Contrato é de aquisição de eletrodoméstico descrito na nota de empenho 220/2014, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo, na proposta vencedora e Termo de Referência, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.



Descrição dos empenhos:

• **Empenho nº. 220/2014**

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	26,00	un	275101 - CADEIRA DE SECRETÁRIA GIRATORIA ANTOMICA ESPUMA INJETADA A GÁS.	185,0000	4.810,00
2	13,00	un	275195 - VENTILADOR COM Pê CURZADO DE 30CM DE 110V NA COR BRANCA.	180,0000	2.340,00
3	70,00	un	280780 - CADEIRA UNIVERSITÁRIA EM ESTRUTURA DE AÇO DE UMA POLEGADA, ASSENTO E ENCOSTO ESTOFADO COM ESPUMA INJETÁVEL, BRAÇO LATERAL EM BLOCO DE 15 MILÍMETROS FORMICADA.	48,0000	3.360,00
4	6,00	un	280812 - VENTILADOR DE PAREDE PRETO DE 60CM COM 3 PÁS, GRADE METÁLICA	230,0000	1.380,00
5	5,00	un	280813 - VENTILADOR DE TETO DE TRÊS PÁS, ALTURA 0.4 CM, LARGURA 90 CM, COMPRIMENTO 90 CM, PESO 3.3 KG, TIPO DE ACIONAMENTO CONTROLE DE PAREDE, MATERIAL POLICARBONATO, POLIPROPILENO E METAIS, DIÂMETRO DA HÉLICE 90 CM, CONSUMO APROXIMADO DE ENERGIA 2,5 KW/H, DESMONTÁVEL SIM, POTÊNCIA 95 W, ROTAÇÃO 470 RPM, COR CRISTAL, NÍVEIS DE VELOCIDADE 3.	160,0000	800,00
6	10,00	un	281013 - ESCADA DE ALUMÍNIO DE ABRIR (FORMATO DE A) COM 5 DEGRAUS	190,0000	1.900,00
Recurso: 245 - Incentivo Estadual de Gestão aos Municípios / PAO: 2068 - ADEQUAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA					14.590,00

## 2.0 - CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DA FORMA DE PAGAMENTO

2.1 - Conforme a proposta apresentada pela CONTRATADA, a qual integra o presente instrumento e que é de pleno conhecimento das partes, para atender as necessidades do Fundo Municipal de Assistência Social do município de Paracambi, constituindo o valor total de R\$ 14.590,00 (Quatorze mil quinhentos e noventa reais).

2.2 - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

2.3 - O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30(trinta) dias, contados a partir da data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

2.4 - O pagamento somente ocorrerá após o atesto do servidor competente pela fiscalização da execução do contrato na nota fiscal apresentada.





2.5 - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

2.6 - Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

2.7 - A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

2.8 - Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{36}$

36

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

2.9 - As despesas decorrentes da contratação objeto desta licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento da Prefeitura, para o exercício de 2014, no programa de trabalho:

- 1779-22.01.08.244.0034.2068.44905299000000 – Outros Materiais permanentes, conforme nota de empenho nº 220/2014, valor R\$ 14.590,00.



### **3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA**

3.1 O prazo de vigência deste termo de contrato perdura para o exercício de 2014, com início em 12/12/2014 e término em 31/12/2014, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

### **4.0 - CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES**

#### **4.1 - Do Município:**

4.1.1 - Atestar nas notas fiscais/faturas a efetiva execução do objeto desta licitação;

4.1.2 - Aplicar à empresa Contratada as penalidades, quando for o caso;

4.1.3 - Prestar à empresa Contratada toda e qualquer informação, por esta solicitada, necessária a perfeita execução do Contrato;

4.1.4 - Efetuar o pagamento à Contratada no prazo avençado, após a entrega da Nota Fiscal no setor competente;

4.1.5 - Notificar, por escrito, à Contratada da aplicação de qualquer sanção.

#### **5.2 – Da Contratada:**

5.2.1 – Fornecer os produtos objeto desta licitação, nas especificações contidas no edital de Pregão Presencial nº. 004/2014;

5.2.2 - Pagar todos os tributos que incidam ou venham a incidir, direta ou indiretamente, sobre os produtos e serviços executados;

5.2.3 - Manter, durante a execução do contrato, as mesmas condições de habilitação previstas no edital, conforme disposições do art. 55 da Lei nº. 8666/93;



5.2.4 - Aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no quantitativo do objeto desta licitação, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor contratado;

5.2.5 - Executar o objeto licitado, no preço, prazo e forma estipulados na proposta;

5.2.6 - Executar o objeto com boa qualidade, dentro dos padrões exigidos no edital de Pregão Presencial nº 004/2014;

5.2.7 - Não subcontratar, ceder ou transferir a terceiros a execução do objeto, ainda que parcial, sendo nulo de pleno direito qualquer ato nesse sentido, além de constituir infração passível de penalidade;

5.2.8 - Ser responsável pelos danos causados diretamente à Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato;

5.2.9 - Responder pelo pagamento dos salários devidos pela mão-de-obra empregada nos serviços acessórios ao fornecimento em questão, pelos encargos trabalhistas, fiscais e previdenciários respectivos, e por tudo mais que, como empregadora deve satisfazer, além de ficar sob sua integral responsabilidade a observância das leis trabalhistas, previdenciárias e fiscais, assim como os registros, seguros contra riscos provenientes da atividade, impostos e outras providências e obrigações necessárias ao fornecimento.

## **6.0 - CLÁUSULA QUINTA - DAS COMUNICAÇÕES**

6.1 - As comunicações entre as partes contratantes, relacionadas com o acompanhamento e controle do presente contrato, serão feitas sempre por escrito.

## **7.0 - CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES**

7.1 - Os casos de inexecução do objeto deste edital, erro de execução, execução imperfeita, atraso injustificado e inadimplemento contratual, sujeitará o proponente contratado às penalidades previstas no art. 87 da Lei nº. 8.666/93, das quais destacamos:





7.1.1 - advertência por escrito;

7.1.2 - multa, conforme os limites máximos estabelecidos abaixo:

7.1.2.1 - 0,3% (três décimos por cento) por dia, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor do fornecimento não realizado;

7.1.2.2 - 20% (vinte por cento) sobre o valor do fornecimento não realizado, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o tornem impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas.

7.1.3 - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02(dois) anos;

7.1.4 - declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, no prazo mínimo de 02 (dois) anos, conforme dispõe o art. 87 da Lei nº 8.666/93.

7.1.5 - A sanção de multa poderá ser aplicada cumulativamente às demais sanções previstas neste instrumento.

7.1.6 - A multa será descontada de pagamentos eventualmente devidos pela CONTRATADA.

7.2 - São consideradas situações caracterizadoras de descumprimento total ou parcial das obrigações contratuais:

7.2.1 - não atendimento às especificações técnicas relativas a bens, serviços ou obra prevista em contrato ou instrumento equivalente;

7.2.2 - retardamento imotivado de fornecimento de bens, da execução de obra, de serviço ou de suas parcelas;

7.2.3 - paralisação do serviço ou de fornecimento de bens, sem justa causa e prévia comunicação à Administração Pública Estadual;

7.2.4 - entrega de mercadoria falsificada, furtada, deteriorada, danificada ou inadequada para o uso, como se verdadeira ou perfeita fosse;



7.2.5 - alteração de substância, qualidade ou quantidade da mercadoria fornecida;

7.2.6 - prestação de serviço de baixa qualidade;

7.3 - Da aplicação das penas definidas caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da intimação.

7.4 - O recurso ou o pedido de reconsideração relativo às penalidades acima dispostas será dirigido a Unidade Administrativa requisitante, a qual decidirá o recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis e o pedido de reconsideração, no prazo de 10 (dez) dias úteis.

7.5 - A inexecução total ou parcial do Contrato ensejará na sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em Lei, cujos motivos para a referida rescisão são os previstos no art. 78 da Lei nº. 8.666/93.

7.6 - O Município poderá rescindir o contrato, independentemente de qualquer procedimento judicial, observada a Legislação vigente, nos seguintes casos:

- I. Por infração a qualquer de suas cláusulas;
- II. Por pedido de concordata, falência ou dissolução da Contratada;
- III. Por transferência, no todo ou em parte, das obrigações assumidas neste contrato;
- IV. Por comprovada deficiência no atendimento do objeto deste contrato;
- V. Pela aplicação de mais de 2 (duas) advertências.

7.7 - O Município poderá, ainda, sem caráter de penalidade, declarar rescindido o contrato por conveniência administrativa ou interesse público, conforme disposto no artigo 79 da Lei nº. 8.666/93 e suas alterações.

7.8 - O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

7.8.1 - Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

7.8.2 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

7.8.3 - Indenizações e multas.



7.9 - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, se assegurado à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

## 8.0 - DOS CASOS OMISSOS.

8.1 - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Códigos de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

## 9.0 - CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORO

9.1 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes do presente contrato, elegem as partes o Foro da Comarca de Paracambi, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim acordados, assinam este contrato os representantes das partes e as testemunhas abaixo em 04 (quatro) vias de igual teor.

Paracambi/RJ, 31 de Dezembro de 2014.

  
**Tarciso Gonçalves Pessoa**

**Município de Paracambi**

Contratante

  
**Rogério Cruz Bonfim**

**R.R. MORENO DISTRIBUIDORA DE MERCADORIA EM GERAL LTDA-ME**

Contratado

Testemunhas:

\_\_\_\_\_  
CPF:

\_\_\_\_\_  
CPF: